

Domingo Faustino Sarmiento e a História Intelectual da Argentina no século XIX: a questão indígena em *Conflict y armonía de las razas en América* (1883)

*Domingo Faustino Sarmiento and the Intellectual History of Argentina in the 19th century:
the indigenous question in *Conflict y armonía de las razas en América* (1883)*

Giovana Eloá Mantovani Mulza,¹ UEM

Resumo

Embora o *intelectual* seja uma “espécie moderna”, figuras eruditas tiveram um relevante papel nas letras e nas relações de poder na América Latina do século XIX. Seus textos vincularam-se com o contexto político e cultural que permeava a construção das nações latino-americanas no oitocentos. Uma relevante figura foi o político e escritor argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), cujas ideias acerca da Argentina atingiram a opinião pública e tiveram ressonância na configuração histórica daquele país, sobretudo no que tange à trajetória dos indígenas. Em *Conflict y armonía de las razas en América* (1883), Sarmiento influenciaria o debate letrado e as políticas de tratamento das comunidades originárias usadas pelo Estado-Nacional argentino em construção. Além de pontuar aspectos do pensamento de Sarmiento, este estudo mapeará as conexões entre suas ideias, o contexto argentino e a questão indígena.

Palavras-chave: Domingo Faustino Sarmiento; História Intelectual; História da Argentina; Questão Indígena.

Abstract

Although the *intellectual* is a “modern species”, erudite figures played an important role in letters and power relations in 19th century Latin America. His texts were linked to the political and cultural context that permeated the construction of Latin American nations in the 19th century. A relevant figure was the Argentine politician and writer Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), whose ideas about Argentina reached public opinion and had resonance in the historical configuration of that country, especially with regard to the trajectory of the indigenous people. In *Conflict y armonía de las razas en América* (1883), Sarmiento would influence the literate debate and the policies for treating original communities used by the Argentine National State under construction. In addition to highlighting aspects of Sarmiento's thought, this study will map the connections between his ideas, the Argentine political context and the indigenous question.

Keywords: Domingo Faustino Sarmiento; Intellectual History; History of Argentina; Indigenous question.

Introdução

O *Intelectual*, segundo Carlos Altamirano (2006), é atualmente compreendido como um ator da vida pública cuja profissão envolve reflexões sobre o mundo. Essa noção aparece em diversas encyclopédias dos séculos XX e XXI, influenciando as definições em torno dessa

¹ Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Editora-Chefe Adjunto da Revista 29 de Abril (UEM); Bolsista CAPES; e-mail: gio_mantovani@hotmail.com

figura. A genealogia do conceito remete à França do final do século XIX, quando a noção de Intelectual foi difundida no debate público em função das peripécias acerca do caso Dreyfus, o qual suscitou intensos debates entre escritores e pensadores ocidentais em torno da inocência do militar. Apesar de o Intelectual ser uma figura moderna, como reiterou Altamirano (2006) em outras definições, figuras pensantes estiveram presentes em toda a trajetória humana. Foi o que buscou demonstrar o antropólogo Jack Goody (2009) com as sociedades sem-escrita, bem como o historiador Jacques Le Goff (2006) com certos personagens medievais. Embora possa ser anacrônico categorizar pensadores anteriores ao caso Dreyfus como Intelectuais, nada nos impede de compreendê-los como indivíduos que refletiram sobre o mundo e que buscaram difundir seu pensamento no meio social. Tratavam-se de sujeitos cuja vida pública influenciou os modos de pensar e entender a realidade, impactando nas decisões políticas e nos processos históricos de seu tempo.

Na América Latina do século XIX, Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) foi um importante e influente pensador e escritor argentino. Seus trabalhos – especialmente as obras *Facundo: Civilización o Barbárie* (1845) e *Conflict y armonía de las razas en América* (1883) – tiveram ampla repercussão entre os letrados latino-americanos, repercutindo, inclusive, nos meios eruditos europeus. Embora a atuação de Sarmiento seja anterior ao nascimento daquela “espécie moderna”, podemos categorizá-lo como um Intelectual que desempenhou um relevante papel nas letras argentinas. Membro da *Generación del 37*² e presidente argentino entre 1868 e 1874, Sarmiento atuou ativamente na educação argentina e redigiu livros de alcance continental. Nesse cenário, suas constantes viagens para a Europa e seu exílio temporário no Chile na década de 1840 seriam duplamente importantes para ampliar sua visão sobre a realidade argentina e, ao mesmo tempo, para dotá-lo de visibilidade entre os escritores estrangeiros (Altamirano, 2008).

A obra *Facundo* (1845) foi um marco fundamental no pensamento latino-americano na medida em que contribuiu para a difusão do binômio cidade-campo e na negativação dos indígenas nas sociedades americanas: o antagonismo entre a “civilização” – representada pelas cidades e pelo imigrante europeu – e a “barbárie” – personificada na figura dos nativos e

² A *Generación de 37* foi um movimento intelectual que reuniu diversos escritores, pensadores, filósofos e linguistas da Argentina das décadas de 1830 e 1840. Eles se reuniam em salões literários para debater temas que geravam inquietações naquele contexto de formação do Estado e da identidade argentina. Na tentativa de se afastar do legado colonial e de introduzir o país na “senda da civilização”, os membros desse movimento defenderam a criação de uma cultura argentina baseada nos pressupostos da cultura europeia e no repúdio aos elementos hispânicos. Foi por influência dessa geração de escritores que a Argentina de meados do século XIX lançou um intenso programa imigratório para atrair estrangeiros e repovoar o país com os representantes da cultura europeia (Shumway, 2008). Domingo Faustino Sarmiento foi um dos membros desse movimento intelectual.

dos *gauchos* e reunida no campo – influenciou diversos escritores e políticos da América Latina no século XIX, sendo uma das principais obras responsáveis por justificar programas imigratórios e, até mesmo, projetos de massacre de povos indígenas. Seu pensamento apareceu melhor sistematizado em *Conflict* (1883), no qual o autor reafirmou e consolidou suas reflexões anteriores, conforme admitiu na própria introdução da obra. A figura de Sarmiento, dessa forma, é de fundamental importância para a reconstrução da História Intelectual da América Latina e para o entendimento de diversos eventos que marcaram o cenário político daquele subcontinente. Alguns estudiosos o encaixam na mesma categoria que autores como Estanislao Zeballos, que são tidos como idealizadores e promotores das genocidas Campanhas do Deserto – que culminaram no morticínio de milhares de indígenas no decurso do século XIX (Passetti, 2012; Souza, 2015).

Conforme pontua Jean-François Sirinelli (2008), a sistematização do campo da História Intelectual também consiste em algo recente. Seu advento foi reflexo das mudanças promovidas pela Escola dos Annales no início do século XX³ e teve como importante marco os debates sobre os Intelectuais franceses promovidos pela “Associação Francesa de Ciência Política” em 1857. Embora ainda ocupe um espaço em crescimento, a História Intelectual compreende um setor fundamental para o estudo das relações de poder e para o entendimento das relações entre as palavras e as coisas – parafraseando a ideia de Michel Foucault (2019). Nesse sentido, o presente trabalho busca adentrar no campo da História Intelectual da América Latina a fim de estabelecer algumas pontes entre o pensamento de Domingo Faustino Sarmiento – sobretudo através do livro *Conflict* (1883) – e os eventos que permearam o cenário político argentino, especialmente no que tange ao tratamento violento promovido pelo Estado sobre as comunidades indígenas dos Pampas. Buscaremos demonstrar as aproximações do discurso de Sarmiento sobre os povos indígenas – dotado de tons pejorativos e depreciativos, como iremos recuperar – com os episódios de avanço militar sobre os povos do centro-sul na chamada Conquista do Deserto (1878-1885).

Cabe mencionar que o presente trabalho resulta de nossa pesquisa de Doutorado em vias de finalização, a qual dedica-se a estudar comparativamente a questão indígena na

³ A Escola dos Annales foi um grupo de renovação da ciência histórica que surgiu na década de 1920 na França. Ela derivou da Revista dos Annales, um periódico fundado por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, cujo escopo dedicava-se aos estudos econômicos e sociais. Rompendo com os pressupostos da historiografia metódica do século XIX, a Escola dos Annales afastou-se das análises estritamente políticas acerca dos Estados e das figuras ilustres. Além de ampliar os horizontes historiográficos, o grupo realizou uma revolução documental dedicada a dar legitimidade para as fontes não-oficiais (BLOCH, 2001). Ao longo do século XX, a ciência histórica passou por diversas mudanças e ampliações que tiveram como referência a iniciativa dos Annales. O surgimento da História Intelectual é oriundo desse processo.

Argentina e na Colômbia na segunda metade do século XIX. O estudo também conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A formação da Argentina e os povos indígenas no século XIX

Durante o século XIX, a Argentina – assim como as demais nações da América Latina independente – dedicou-se a construir e a estruturar seu Estado-Nacional. Tal como ocorreu no processo de formação dos Estados Modernos europeus, conforme detalhou Lindson J. Tomass (1994) e Joseph H. Strayer (1997), a Argentina buscava centralizar suas instituições e formar uma identidade nacional unificadora. Tratava-se, como apresentou Mónica Quijada Mauriño (2003), de inventar as bases institucionais e identitárias do Estado-Nacional argentino, processo que perpassou a exclusão de diversos grupos e sujeitos que destoavam do projeto centralizador e homogeneizador. As preocupações em torno dessa pauta tornaram-se ainda mais frequentes na segunda metade do século XIX, quando a Argentina saiu de uma série de guerras civis e seus governantes passaram a implementar o plano construtivista. Foi nesse período que se criaram o Exército Nacional e a Justiça Federal, bem como se delineou um plano de imigração para atrair trabalhadores europeus (Gorostegui de Torres, 1992).

Na tentativa de formar uma identidade nacional argentina, diversos pensadores – muitos dos quais tiveram uma ativa vida política, como Bartolomé Mitre (1821-1906) – defenderam a importação de modelos culturais europeus. A ideia era formar um cidadão argentino a partir da agregação das melhores qualidades do sujeito ocidental, lapidando-o através da educação e da vinda de imigrantes. Conforme pontuaram Nicolas Shumway (2008) e Jorge Myers (2008), muitos escritores do século XIX apoiaram a noção de “caldeirão cultural”, segundo o qual a identidade argentina seria construída a partir da aglutinação dos preceitos da vida civilizada importada da Europa. É visível, por sua vez, que a tentativa de homogeneizar a identidade nacional a partir dessa importação pressupôs a exclusão da diversidade e da heterogeneidade que não se enquadava nos padrões valorizados. Foi o caso dos *gauchos*, um extenso setor da sociedade argentina que habitava os campos e que era acusado pelo atraso nacional na época. Escritores como Domingo Faustino Sarmiento em *Facundo* (1845) e Estebán Echeverría em *El Matadero* (1838) foram fundamentais para a aproximação da figura do *gaucho* à barbárie e ao atraso, sobretudo porque cultivavam hábitos, costumes e valores distintos daqueles valorizados pela elite urbana portenha (Passetti, 2010).

Dentre os setores excluídos do projeto de construção cultural da Argentina, os indígenas receberam uma especial atenção dos escritores e políticos do século XIX. Afinal, as sociedades originárias que habitavam o atual território meridional da Argentina mantiveram

sua soberania da Coroa espanhola na era colonial e durante boa parte do século XIX (Mandrini, 2008). Tais comunidades haviam se fortalecido nas primeiras décadas do período independente e se organizaram em grandes Confederações Indígenas no alvorecer da segunda metade do século XIX – com destaque para a Confederação de Salinas Grandes e a Confederação Ranquel de Leuvucó. As fortes comunidades indígenas da região dos Pampas e da Patagônia, dessa forma, representavam um obstáculo para o projeto de expansão da autoridade estatal e para a criação de uma cultura argentina europeizada. Além do mais, diversos grupos protagonizavam ataques nas fronteiras e saqueavam gado e mulheres brancas⁴, ameaçando o poder das autoridades locais e prejudicando, no discurso oficial, o progresso da Argentina (Passetti, 2012). Grandes Confederações Indígenas preenchiam o extenso território meridional argentino e sua submissão ao poder estatal passou a ser vista como condição primordial para a superação da barbárie no país e para sua introdução na senda do progresso e da modernidade. O amplo poderio político e comercial daqueles grupos, como demonstrou Martha Bechis (1998), deveria ser aniquilado para o sucesso do programa de construção institucional e identitária do Estado-Nacional.

Para além do tema da soberania branca, a presença daqueles povos em um amplo terreno fértil foi vista como um verdadeiro desperdício para as crescentes elites agrárias. É preciso lembrar que a Argentina – assim como as demais repúblicas hispano-americanas do século XIX – estruturava sua economia a partir da produção e exportação de matérias-primas. A criação de gado e o cultivo de cereais – sobretudo o trigo – foram responsáveis pelo enriquecimento de um importante setor da sociedade que passou a deter cada vez mais poder e influência nas instâncias políticas. A expansão da fronteira e a anexação dos extensos territórios indígenas também foi vislumbrada como necessária para o fortalecimento da economia argentina. Acreditava-se que, sem as férteis gramíneas dos pampas, a Argentina não poderia alcançar ser plenamente integrada no mercado capitalista mundial (Gorostegui de Torres, 1992).

Com base nesse cenário, diversos escritores e políticos – muitos dos quais se encontravam imbuídos do racismo científico do século XIX – passaram a defender a conquista daqueles cacicados e a expansão das áreas agrícolas para os territórios indígenas. Durante a primeira metade do século XIX e até a década de 1870, a postura do governo argentino foi defensiva, a partir da qual poucos ataques militares foram lançados para a

⁴ Tais ataques eram chamados de *malones*. Tratavam-se de assaltos relâmpagos realizados nas cidades e povoados próximos às fronteiras com o território indígena. Os itens mais almejados pelos nativos eram cabeças de gado, cavalos e mulheres.

submissão dos cacicados. Nesse momento, o governo buscava conter os assaltos indígenas e negociar com as autoridades nativas em prol da pacificação das fronteiras. Essa postura defensiva e conciliadora foi consequência de 2 aspectos. Primeiramente, as constantes guerras civis que permearam as primeiras décadas do período independente impediram o deslocamento das forças armadas para o sul do país. Os conflitos entre unitários e federalistas e a ditadura de Juan Manuel de Rosas são exemplificativos desse momento. Em segundo lugar, deve-se lembrar do amplo poderio das Confederações Indígenas, as quais detinham poder militar e intimidavam as comunidades brancas fronteiriças. Prova disso foram os constantes acordos de paz firmados pelo Estado argentino e a frequente entrega de presentes – chamados de *regalos* – para pacificar as fronteiras e evitar os ataques indígenas (Passetti, 2012). Tal política defensiva mudaria a partir da década de 1870, quando um novo cenário de estabilidade interna forneceu ao governo os elementos necessários para organizar a retaliação aos nativos do centro-sul.

O livro *La guerra contra los indios* (1875), do militar Álvaro Barros, foi um dos elementos essenciais para estimular a mudança no estilo de contato interétnico e inaugurar um conjunto de ofensivas bélicas no sul do país. Na obra, Barros (1875) demonstrou que a manutenção dos acordos de paz estava trazendo incontáveis prejuízos ao país e beneficiando uma raça atrasada que era inimiga do progresso. Para ele, a melhor alternativa era reorientar a postura do governo e atacar aquelas Confederações que emperravam o avanço da “civilização”. Poucos anos depois, tal proposta esboçada em *La guerra contra los indios* (1875) foi acatada pelo Estado.

A partir de 1879, uma série de expedições militares foram promovidas para a região dos Pampas e da Patagônia, resultando na prisão de importantes caciques, na desestruturação de diversas comunidades e no massacre de muitos nativos (Passetti, 2010). Essas operações, comandadas pelo militar e futuro presidente Julio Argentino Roca, foram finalizadas em 1885 e seriam nomeadas como Conquista do Deserto. Existem algumas discordâncias acerca das baixas indígenas verificadas no conflito, mas arquivos militares estimam mais de 13 mil nativos mortos pelas tropas argentinas – quantificação que não contempla aqueles que padeceram pelos ferimentos, nas prisões ou nos deslocamentos forçados. Aos sobreviventes, restava o trabalho nas cidades, colônias militares ou campos – geralmente sob o regime de superexploração que marcava as relações de trabalho antes das leis trabalhistas aprovadas na Argentina no alvorecer do século XX. Muitas mulheres indígenas foram vendidas para famílias argentinas das grandes cidades. E incontáveis crianças foram separadas de seus pais e enviadas para internatos para serem “civilizadas” nos padrões da cultura europeia. Alguns

pesquisadores, como os professores Gabriel Passetti (2012) e Fábio Feltrin de Souza (2015), arriscam categorizar a Conquista do Deserto como um genocídio dos povos indígenas.

Vale mencionar que a Argentina não foi a única nação americana do século XIX a tratar as comunidades originárias a partir da violência. Processos semelhantes ocorreram no Chile, nos EUA e no Canadá, onde a presença indígena também foi abordada a partir das armas e dos aparelhos policiais. É particularmente relevante pontuar que, a despeito das especificidades que as guerras contra os indígenas assumiram em cada país, um dos principais argumentos usados pelas autoridades chilenas, estadunidenses ou canadenses tinha teor político e econômico: os indígenas eram obstáculos para a plena soberania dos Estados-Nacionais e para a expansão das áreas produtivas. O contexto político que marcou as nações republicanas na América do século XIX foi determinante para definir as formas de tratamento da questão indígena.

Na Argentina, a Conquista do Deserto deve ser vista como reflexo do projeto de construção do Estado-Nacional iniciado ainda na primeira metade do século XIX. O evento manifestou o desejo de expansão da autoridade estatal e de formação de uma nacionalidade homogênea na qual as formas nativas de existir não foram incluídas. Nas terras “conquistadas”, implantou-se a agropecuária e se instalaram muitos imigrantes europeus, os quais simbolizavam o progresso e a civilização. Afinal, o modelo de Estado e de cidadania idealizado pelas elites políticas e eruditas não incluía aqueles grupos sociais, restando-lhes o abandono de seu estilo de vida ou, como foi realizado, sua eliminação física. Para a pesquisadora Mónica Quijada (2003), tratava-se de um Estado fundado sob um *liberalismo excludente*.

Em meio aos eventos que marcaram os conflitos com os nativos, diversos escritores debateram sobre o tema e publicaram suas opiniões nos jornais ou através de ensaios. A questão indígena foi recorrentemente discutida no cenário público argentino, especialmente em função do alto poderio dos cacicados e dos riscos representados pelos ataques fronteiriços. Dentre esses escritores, estava o pensador e político Domingo Faustino Sarmiento, detentor de uma extensa carreira nas letras e cuja opinião negativa sobre os indígenas já havia aparecido desde o início de seu pensamento. Desde *Facundo* (1845), o autor já havia associado os povos indígenas à barbárie e havia defendido seu combate. As considerações de Sarmiento sobre o tema, contudo, seriam melhor apresentadas em *Conflictos y armonía de las razas en América* (1883) – obra publicada no fim de sua vida –, onde pode-se vislumbrar com exatidão sua percepção sobre os indígenas e sobre seu lugar na construção do Estado-Nacional argentino. A obra dialoga com um conjunto de autores do século XIX – como Estebán Echeverría,

Estanislao Zeballos e José Hernández – que consistem em importante figuras da História Intelectual da Argentina e que também foram responsáveis pela difusão da visão pejorativa dos povos nativos. O estudo de *Conflictto* (1883) é fundamental para a análise da mundividência dos pensadores argentinos da época e para se investigar o possível papel de Sarmiento para os rumos dados à questão indígena na Argentina.

Na próxima seção, abordaremos a correlação entre a obra de Sarmiento (1883) e a forma como a questão indígena foi tratada na Argentina da segunda metade do século XIX. A presente fonte foi analisada com base nos pressupostos metodológicos do historiador André Cellard (2008), o qual propõe um caminho para o estudo de documentos escritos. Segundo sua sugestão, cabe-nos recobrar as intenções do autor, o conteúdo da obra, o contexto no qual foi escrita, a possível intertextualidade com outros autores e seu público-alvo. Tais aspectos serão delineados a seguir. Nossa objetivo é demonstrar que o pensamento de Sarmiento esteve intrinsecamente vinculado com postura agressiva adotada pelo governo argentino para conter os povos nativos.

Sarmiento e a barbárie indígena: autorizando a Conquista do Deserto

Em *Conflictto y armonía de las razas en América* (1883), Domingo Faustino Sarmiento propôs-se a dissertar sobre a inferioridade das raças americanas a partir do tripé etnologia-craniometria-história. Compreendida em dois tomos – cuja segunda parte foi publicada postumamente –, a obra compreendeu um amadurecimento do pensamento sarmientano inaugurado em *Facundo* (1845), cujo aprimoramento seria sinalizado pelo próprio autor no livro: “[...] cerrando el periodo de la gestión de su pensamiento definitivo con el Conflictto de las Razas, que sólo entrevió en *Civilización y Barbarie*” (Sarmiento, 1883, p. 11)⁵. O autor modelou uma narrativa de natureza ensaística que teve como público-alvo uma geração de políticos que chegava ao poder nos anos 1880 e que passava a questionar os benefícios do “caldeirão cultural”. Para responder a esses políticos, Sarmiento debruçou-se sobre a genealogia do atraso argentino e o atribuiu à miscigenação dos colonos ibéricos com os povos indígenas. Embora a temática indígena não consista no foco primário do autor, o conjunto dos tomos compreende um influente discurso textual que, amparado na mundividência científica e antropológica do século XIX, fornece um interessante vislumbre da forma como os povos indígenas foram representados pelos eruditos e políticos daquela Argentina imersa no processo de construção nacional.

⁵ “encerrando o período da gestação de seu pensamento definitivo com o Conflictto de las Razas, que somente vislumbrou em *Civilización y Barbarie*” (Sarmiento, 1883, p. 11).

O primeiro tomo dedicou-se a traçar as origens e as especificidades do homem sul-americano no período situado entre a colonização e o século XIX, o qual fora oriundo da “[...] mezcla de la raza cobriza como base, con la blanca y la negra como accidentes” (Sarmiento, 1883, p. 21)⁶. Para o autor, a inferioridade moral e material daquele arquétipo advinha da fusão dos defeitos daquelas raças, os quais se expressaram na mínima propensão ao trabalho e à democracia – o que gestava indivíduos alheios ao progresso material e à civilização. Nessa “etnologia americana”, os povos indígenas são tratados por Sarmiento como a pior das raças, cuja disposição ao ócio havia legado ao indivíduo americano uma incapacidade para o desenvolvimento material. O trabalho aparece como condição para o progresso e a civilização, aspecto que o autor associou à cultura puritana anglo-saxã e que reconhece ainda na epígrafe da obra, onde mencionou o escocês Thomas Carlyle (1795-1881). Os espanhóis, distintamente do colonizador inglês, haviam evitado o trabalho físico desde o início da colonização e preferiram encarregar as raças inferiores da exploração das riquezas do solo. E, ao contrário, “los sajones cultivaron y explotaron la tierra con sus propias manos. El trabajo material, en el caso de las colonias españolas, quedaba bajo manos serviles que no podían tener interés en lo que extraían, pues nunca obtendrían beneficio alguno. El hombre de la colonia vegetaba en la burocracia” (Serna Arnaiz, 2011, p. 157)⁷.

Um dos principais argumentos de Sarmiento era de que o erro dos colonizadores hispânicos havia sido possibilitar a miscigenação dos brancos com as raças subservientes – sobretudo a indígena –, cujos defeitos aliaram-se à herança autoritária hispânica oriunda do passado inquisitorial. Essa fusão dos aspectos ruins – ociosidade e aversão à democracia – cultivaram povos visivelmente debilitados e de poucas energias que adotariam regimes autoritários alheios aos preceitos da civilização ocidental. Era esse raciocínio que Sarmiento usava desde Facundo para explicar as razões que sustentaram o político Juan Manuel de Rosas – político federalista criticado por Sarmiento que se tornou ditador na Argentina na primeira metade do século XIX. Para o autor da obra, foi o amálgama das raças indígenas e negras que deteriorou as melhores qualidades do espanhol pela miscigenação. Nesse sentido, “[...] el indio imprime su marca más profundamente sobre su progenie que las otras razas, y cuan rápidamente también en los posteriores cruzamientos, los signos característicos del indio puro se restablecen expulsando los otros. He visto progenie de un híbrido entre indio y blanco,

⁶ “[...] mezcla da raça acobreada como base, com a branca e a negra como accidentes” (Sarmiento, 1883, p. 21).

⁷ “os saxões cultivaram e exploraram as terras com suas próprias mãos. O trabalho material, no caso das colônias espanholas, ficava sob mãos servis que não tinham interesse no que extraíam, pois nunca obteriam algum benefício. O homem da colônia vegetava na burocracia” (Serna Arnaiz, 2011, p. 157).

que resume casi completamente los caracteres del indio puro.” (Sarmiento, 1883, p. 38-39)⁸.

Em um estudo comparativo, ele considera que os colonos anglo-saxões, ao contrário, não admitiram a mistura com os povos indígenas e haviam legado aos norte-americanos um conjunto de referenciais culturais e institucionais que destoavam da realidade antidemocrática sul-americana. Àquela herança inglesa, Sarmiento atribui as origens do progresso moral e material dos Estados Unidos.

“Los norteamericanos continuaron el gobierno representativo de la Inglaterra, y sus literatos, poetas, pensadores, son comunes a ambas naciones, [...] pero nosotros no somos españoles en esto. [...] Sin ir más lejos, ¿en qué si distingue la colonización del Norte de América? En que los anglo-sajones no admitieron a las razas indígenas, ni como socios, ni como siervos en su constitución social. ¿En qué si distingue la colonización española? En que la hizo un monopolio de su propia raza, que no salía de la edad media al trasladarse a América y que absorbió en su sangre una raza prehistórica servil.” (Sarmiento, 1883, p. 05 e 12)⁹

Herdeiro de uma geração de políticos e escritores nacionalistas que criticavam obstinadamente o legado colonial, Sarmiento afirmou que a colonização espanhola não deixou modelos políticos e culturais para os sul-americanos, pois “[Ni] la Francia ni la España tenían instituciones de gobierno para llevar a sus colonias.” (Sarmiento, 1883, p. 15)¹⁰. Diante desses problemas, a solução para esse cenário seria mapeada principalmente no segundo tomo de *Conflict y armonía de las razas en América* (1883), ganhando relevância nas *Conclusiones* da obra. Diante da ausência de bases político-culturais e da inaptidão sul-americana em aderir aos avanços do pensamento ocidental, Sarmiento propõe duas saídas: a imigração – que traria indivíduos isentos dos defeitos indígenas – e a educação – considerada um instrumento para a deslatinização e a saxonização dos costumes. Ambas seriam capazes de solucionar os malefícios da herança latina e reconstruir as nações renovadas em termos sanguíneos, institucionais, industriais, científicos e culturais. O modelo para essa reorientação institucional e identitária seria os EUA, que se encontrava em crescente aprimoramento industrial e comercial no final do oitocentos.

⁸ “o índio imprime sua marca mais profundamente sobre sua progênie que outras raças, e também em outros cruzamentos os signos característicos do índio puro se fixam expulsando outros. Vejo progênie de um híbrido de índio e branco que resume quase totalmente os signos do índio puro.” (Sarmiento, 1883, p. 38-39).

⁹ “Os norte-americanos continuaram o governo representativo da Inglaterra, e seus literatos, poetas, pensadores, são comuns a ambas as nações [...], mas nós não somos espanhóis nisso. [...] Sem ir mais longe, em que se distingue a colonização da América do Norte? Em que os anglo-saxões não admitiram as raças indígenas, nem como sócios, nem como servos em sua constituição social. Em que se distingue a colonização espanhola? Em que fez um monopólio de sua própria raça, que não saía da idade média ao transladar para a América e que absorveu em seu sangue uma raça pré-histórica servil.” (Sarmiento, 1883, p. 05 e 12).

¹⁰ “[nem] a França nem a Espanha tinham instituições de governo para levar às suas colônias.” (Sarmiento, 1883, p. 15).

La América del Sur se queda atrás y perderá su misión providencial de sucursal de la civilización moderna. No detengamos a Estados Unidos en su marcha: es lo que en definitiva proponen algunos. Alcancemos a Estados Unidos. Seamos la América, como el mar es el Océano. Seamos Estados Unidos. (Sarmiento, 1883, p. 18)¹¹

A deslatinização e a saxonização, para Sarmiento, já estavam sendo aplicadas na Argentina, tendo em vista o grande incentivo para imigração e para a educação escolar – pautas amplamente defendidas por Sarmiento já em sua presidência (1868-1874). Dessa forma, o autor considera que a Argentina já se encontrava no caminho dessas soluções devido à grande vinda de imigrantes e aos avanços no sistema educacional, devendo atuar como uma “tocha” para os demais países da América do Sul. Essas considerações podem ser observadas como expressão de um nacionalismo de Sarmiento, que não nega a supremacia da Argentina sobre as demais nações herdadas da colonização hispânica: dado o expressivo incentivo à imigração e à educação, aquele país encontrava-se “en mejor aptitud que otras porciones de la América del Sud para jugar sobre las causas que aceleran o retardan del progreso o la organización de gobiernos regulares, libres y representativos en esta parte de América.” (Sarmiento, 1883, p. 13)¹². A própria obra é considerada uma “tocha”, pela qual o leitor poderia “ver en su verdadera luz los hechos.” (Sarmiento, 1883, p. 10)¹³. A síntese do tema e o desenvolvimento das soluções preenchem as páginas finais das *Conclusiones*, onde Sarmiento reafirma suas críticas ao legado da colonização espanhola e sua devoção ao modelo norte-americano.

É perceptível, por sua vez, que a temática indígena – embora não compreenda o âmago da obra – respalda a tese de Sarmiento em sua genealogia do atraso sul-americano na medida em que as comunidades originárias foram consideradas como catalisadoras das deficiências que se visualizavam nas nações hispano-americanas. As principais representações sarmientanas sobre os nativos da Argentina aparecem justamente na parte do livro dedicada à “etnologia americana”, na qual Sarmiento inicia esse estudo classificando os indígenas argentinos em *tres ramos principales*: os Quíchua – ou peruanos –, os Guaranis – ou missioneiros – e os pampas – ou araucanos. Ele se dedicou a falar de cada um desses “ramos principais” a partir da ótica de um “problema social”. E, para cada um desses grupos,

¹¹ “A América do Sul se encontra atrás e perderá sua missão providencial de ramo da civilização moderna. Não detenhamos os Estados Unidos em sua marcha: é o que definitivamente propõem alguns. Alcancemos os Estados Unidos. Sejamos a América, como o mar é o Oceano. Sejamos Estados Unidos.” (Sarmiento, 1883, p. 18).

¹² “[...] em melhor aptidão que outras áreas da América do Sul para julgar sobre as causas que aceleram ou retardam o progresso ou a organização de governos regulares, livres e representativos nesta parte da América.” (Sarmiento, 1883, p. 13).

¹³ “ver os fatos em sua verdadeira luz.” (Sarmiento, 1883, p. 10).

Sarmiento construiu representações singulares, mas que compartilhavam o mesmo invólucro da inferioridade quando comparadas às raças brancas. A dicotomia entre civilização e barbárie conduziu, novamente, suas considerações sobre as relações entre os brancos e os grupos indígenas da Argentina.

Os Quíchua foram abordados por Sarmiento como grupos de fácil submissão. Afinal, os Quíchua que ocupavam Córdoba, Tucumán e Salta estavam sujeitos aos Incas, cuja conquista pelos espanhóis, segundo Sarmiento, foi fácil: “No fue, pues, necesario hacer guerra para avanzar la conquista desde Lima hasta Córdoba. [...] se sometieron sin dificultad.” (Sarmiento, 1883, p. 23)¹⁴. Durante a colonização, os Quíchua que ocupavam o território argentino eram levados para abastecer as encomiendas no Peru, fenômeno narrado por Sarmiento a partir de uma ótica que considera esses grupos indígenas como tradicionalmente submissos e passivos às raças superiores. Quanto aos Guaranis, Sarmiento mencionou que eles estavam localizados nas regiões de Corrientes, Entre Ríos, Uruguai e Brasil – localidades adjacentes ao Chaco argentino. Ele considerou que a raça Guarani não possuía a mesma mansidão dos grupos Quíchua em um exercício comparativo, reafirmando a superioridade dos brancos – sobretudo os missionários jesuítas – na submissão dos Guaranis “[...] con sólo las armas de la persuasión y la superioridad intelectual de la raza blanca” (Sarmiento, 1883, p. 28)¹⁵. Sarmiento afirmou que o trabalho dos jesuítas, ao longo dos séculos, não foi totalmente capaz de modificar a selvagem natureza indígena a fim de dotá-los de erudição, moralidade e religião. No século XIX, segundo o autor, os Guaranis estavam vivendo na mais grosseira ignorância.

Finalmente, os Araucanos foram considerados como uma raça guerreira e resistente. Habitantes dos Pampas e da Patagônia, tais povos foram retratados como indômitos – isto é, não-domesticados –, animais relutantes, ferozes, incivilizados e resistentes aos europeus. Sarmiento recomenda às autoridades do Chile, que promovam a submissão daqueles grupos, que adotem como exemplo a Conquista do Deserto, que até 1883 já havia promovido a conquista de boa parte dos caciques do território argentino. Sob uma visão dicotômica, os Araucanos aparecem como inimigos políticos e militares não só da Argentina, mas do Chile. Sarmiento os representa como preguiçosos, embriagados, ignorantes, selvagens, arrogantes animais, valentes, nômades, caçadores, traiçoeiros com os brancos e entre si, bárbaros, poligâmicos, brutos e depravados. Os vícios da raça Araucana eram tantos que Sarmiento

¹⁴ “Não foi, pois, necessário fazer guerra para avançar a conquista a partir de Lima até Córdoba. [...] se submeteram sem dificuldade.” (Sarmiento, 1883, p. 23).

¹⁵ “[...] só com as armas da persuasão e a superioridade intelectual da raça branca.” (Sarmiento, 1883, p. 28).

considerou inevitável sua extinção física: ou seja, o escritor compactuou com o massacre que seria a marca da Conquista do Deserto, realizada sobre as localidades pampeanas-patagônicas. Assim, a possibilidade de eliminar a presença física dos indígenas não é descartada por Sarmiento em sua crítica ao amálgama das raças na América do Sul. A própria representação dos Araucanos como uma raça animalesca e selvagem pode ser vista como uma forma de legitimar a agressividade das ofensivas dos militares que ocorriam desde 1878.

Na minuciosa descrição promovida no excerto *Etnología Americana*, os grupos indígenas foram retratados a partir das seguintes noções: “raza cobriza” (p. 21), “salvajes” (p. 24, p. 28, p. 33, p. 35), “estúpidos” (p. 24), “inferiores” (p. 24), “naturales” (p. 26, p. 27), “animales” (p. 32, p. 33), “degenerados” (p. 36) e “hombres pré-históricos, de corta inteligencia” (p. 37). Em uma síntese sobre os Quíchua, Guaranis e Araucanos, Sarmiento considerou que “están mescladas a nuestro ser como nación, razas indígenas, primitivas, prehistóricas, destituidas de todo rudimento de civilización y gobierno” (Sarmiento, 1883, p. 16)¹⁶. Além de sua própria representação, Sarmiento realiza um exercício intertextual – isto é, menciona outros textos e escritores em circulação naquele contexto – a fim de mencionar visões de autores estrangeiros sobre os povos indígenas com as quais ele demonstra afinidade: Prescott e Wilson – que abordaram os povos indígenas como tiranos e sem espírito de liberdade e de democracia –, Pritchard – que narrou os nativos do México como cruéis –, Don Juan de Ulloa – que os considerou propensos ao ódio e à negligência –, M.F. Depons – responsável por descrevê-los como apáticos, indiferentes, medrosos, tímidos, sem capacidade de raciocinar, movidos por suas vontades próprias e imediatas, mentirosos e incapazes de desenvolver suas faculdades para sair da vida selvagem. Esses autores dão suporte e autoridade ao discurso textual de Sarmiento, que abordará a inferioridade das sociedades originárias e os prejuízos desses defeitos para a formação do homem sul-americano. Outro interessante aspecto de intertextualidade realizado por Sarmiento está nas menções que o autor faz das obras de Estanislao Zeballos – um dos principais defensores do massacre indígena – a fim de amparar sua adesão à Conquista do Deserto e corroborar sua tese sobre a inevitabilidade do extermínio da presença indígena.

Cabe pontuar que Sarmiento tratou da inferioridade dos povos indígenas não somente em função dos costumes – pouco propensos ao trabalho e praticantes do ócio –, mas também a

¹⁶ “[...] estão mesclados a nosso ser como nação, raças indígenas, primitivas, pré-históricas, destituídas de todo rudimento de civilização e governo” (Sarmiento, 1883, p. 16).

partir dos preceitos científicos da craniometria¹⁷, que influenciava o sistema de pensamento ocidental no século XIX: as raças indígenas – fossem Quíchua, Guaranis ou Araucanos – possuíam poucas variações no volume de seus cérebros e, assim, se encontravam no mesmo grau intelectual. Para a craniometria, quanto mais diferenças existissem no volume cerebral de uma raça, mais elevadas estariam na escala da civilização. Segundo as observações apontadas por Sarmiento, todos os nativos se encontravam no mesmo nível intelectual de estupidez, enquanto que a raça branca apresentava diversas variações que refletiam seu elevado nível de civilidade – existindo desde o indivíduo estúpido até os homens inteligentes e superiores. É interessante observar, conforme demonstrou o pesquisador Stephen Jay Gould (1991), que a craniometria foi uma das principais bases científicas para a construção do racismo moderno no continente americano, tendo como importante precursor o médico estadunidense Samuel George Morton (1799-1851) e seus estudos sobre a inferioridade indígena a partir dos crânios.

[Morton] mediou a capacidade de 144 crânios indígenas e calculou uma média de 82 polegadas cúbicas, ou seja, um volume inferior em 5 polegadas cúbicas com relação à norma caucásica. Além disso, Morton acrescentou uma tabela de medições frenológicas que indicava uma deficiência das faculdades mentais “superiores” entre os índios. “Os espíritos benevolentes”, concluía Morton, “podem lamentar a incapacidade do índio com relação à civilização”, mas o sentimentalismo deve render-se à evidência dos fatos. “Sua estrutura mental parece ser diferente da do homem branco, e só em escala muito limitada pode haver harmonia nas relações sociais entre ambos”. Os índios “não só resistem a adaptar-se às limitações impostas pela educação, mas também são incapazes, em sua maior parte, de raciocinar de forma contínua sobre temas abstratos” (Gould, 1991, p. 45).

Em consonância com tal discurso, Sarmiento declarou termos análogos em *Conflict y armonía de las razas en América* (1883):

Las diferencias de volumen del cerebro que existen entre los individuos de una misma raza son tanto más grandes cuanto más elevadas están en la escala de civilización. Bajo el punto de vista intelectual, los salvajes son más o menos estúpidos, mientras que los civilizados se componen de estólicos semejantes a los salvajes, de gentes de espíritu mediocre, de hombres inteligentes y de hombres superiores. [...] Se comprende que las razas superiores sean más diferenciadas que las inferiores, dando por sentado que el mínimo es común en todas las razas, e que el máximo que es muy

¹⁷ A craniometria foi desenvolvida no século XIX para o estudo das medidas do crânio. Foi uma ciência criada para auxiliar as pesquisas antropológicas e arqueológicas, especialmente na investigação das características biológicas dos crânios recolhidos. No século XIX, a craniometria estava imersa no racismo científico e foi uma ferramenta muito usada pelos defensores do evolucionismo. Postulavam que era possível identificar o grau de evolução e desenvolvimento de determinada raça ou espécie a partir do volume dos crânios e da variedade de volumes. Os europeus caucasianos, dotados de um crânio maior, eram tidos como superiores em termos evolutivos (Gould, 1991).

débil para los salvajes, es, al contrario, muy elevado para los civilizados (Sarmiento, 1883, p. 24).¹⁸

Conciliando preceitos científicos e antropológicos com uma caracterização depreciativa da miscigenação, Sarmiento construiu um discurso sobre os povos indígenas que objetivava legitimar – sob argumentos condizentes com as ambições da Argentina do século XIX – a conquista das comunidades originárias que secularmente preservaram sua soberania. Essa constatação pode ser auferida principalmente nas suas considerações sobre os grupos indígenas Araucanos: “Harto conocimos a Calfucurá, a Catriel, a Manuel Grande y tantos otros jefes araucanos, el terror de nuestras fronteras, hasta que una vez por todas se resolvieron nuestros generales y gobernantes a destruirlos.” (Sarmiento, 1883, p. 32)¹⁹. A própria publicação do livro na década de 1880 não foi mera coincidência: Sarmiento dialogava com a recente subjugação das Confederações Indígenas e almejava ser uma referência conceitual para os escritores e políticos do cenário público que defendiam aquela ofensiva. *Conflict y armonía de las razas en América* (1883) estava intrinsecamente vinculado às demandas políticas do contexto em que foi formulado: Sarmiento incorporou nos dois tomos a mundividência latino-americana do século XIX que antagonizava brancos e indígenas e não descartou a pertinência do extermínio dos nativos. Ao fundo, estava sua devoção ao progresso vislumbrado no modelo dos EUA e sua concordância com a longeva desvalorização dos elementos endógenos do continente americano.

[...] los debates a partir del siglo XVIII se centraron principalmente en tres áreas: la existencia o inexistencia de una naturaleza humana universal; la posibilidad o imposibilidad de hablar de una historia humana común; y el análisis del valor y de la naturaleza de la civilización. A mediados del XVIII, el naturalista Leclerc, conde de Buffon, publicaría una serie de obras que pondrían de manifiesto el estado pútrido e inmaduro de la naturaleza del continente americano y la debilidad de las especies que lo habitan. Durante los siglos XVII y XVIII se ensayarán jerarquías culturales e históricas mediante las cuales se pretenderá ordenar el mundo y las relaciones humanas. Los diversos esquemas propuestos tendrían, evidentemente, implicaciones religiosas y políticas muy importantes. Tales esquemas dieciochescos repercutirán tanto en la valoración negativa que pasarán a tener las crónicas de Indias, por cuanto tenderán a considerarse documentos

¹⁸ “As diferenças de volume do cérebro que existem entre os indivíduos de uma mesma raça são maiores quanto mais elevados estão na escala da civilização. Sob o ponto de vista intelectual, os selvagens são mais ou menos estúpidos, enquanto que os civilizados se compõem de impassíveis semelhantes, de indivíduos de espírito medíocre, de homens inteligentes e de homens superiores. [...] Se comprehende que as raças superiores sejam mais diferenciadas que as inferiores, dando por garantido que o mínimo é comum em todas as raças, e que o máximo, que é muito débil para os selvagens, é, ao contrário, muito elevado para os civilizados.” (Sarmiento, 1883, p. 24).

¹⁹ “Muito conhecíamos de Calfucurá, Catriel, Manuel Grande e tantos outros chefes araucanos o terror de nossas fronteiras, até que uma vez por todas nossos generais e governantes resolveram destruí-los.” (Sarmiento, 1883, p. 32).

poco fiables desde un punto de vista positivista, como en el tratamiento que tendrá la naturaleza americana en la literatura de la época o en las nuevas corrientes literarias. [...] La inferioridad de los salvajes fue legitimada por los naturalistas europeos del siglo XVIII. Asimismo, un grupo de filósofos, historiadores y economistas escoceses contribuyeron a elaborar y difundir un esquema temporal que presuponía una dinámica evolutiva. Las diferentes culturas pasaron a organizarse en función de su mayor o menor nivel de desarrollo." (Serna Arnaiz, 2011, p. 154-155).²⁰

No desmembramento de suas constatações, é possível notar a existência de um discurso condescendente com as práticas genocidas promovidas pelas *raças superiores* como alternativa para erradicar a presença indígena. Da longe a ineficiência em moldá-los através da educação e da incongruência de miscigená-los com os imigrantes, a destruição daqueles "grupos remanescente da pré-história" tornava-se uma solução adequada. Afinal, foram os indígenas que, desde o período colonial, impediram o avanço da civilização sobre extensas terras, retardaram a expansão da economia agroexportadora e cujos costumes amparados em tradições endógenas destoavam da polidez dos modelos culturais importados da Europa. Era tamanha a inferioridade dos povos indígenas que eles não foram incluídos no "plano de salvação" da Argentina e se encontravam fora do futuro de progresso e civilização que Sarmiento idealizou para sua nação como resultado de seu projeto imigratório-educacional. A sobrevivência das comunidades originárias e de seus costumes representava a perpetuação da abominável mistura das raças promovida pelo colonizador espanhol. Elas compreendiam elementos do passado argentino que deveriam ser apagados da trajetória daquele país que almejava espelhar-se nos EUA e se inserir na senda da modernidade. Aos que não incorporassem o estilo de vida ocidental, a guerra e a morte eram soluções legítimas e viáveis. E foi o que ocorreu através da Conquista do Deserto em implementação.

Nesse sentido, tornaram-se claras as aproximações entre o discurso de Sarmiento – introduzido em *Facundo* e expandido em *Conflictos* – e a forma como a questão indígena seria conduzida na Argentina. Ao longo do século XIX, muitas decisões políticas e posturas estatais

²⁰ "[...] os debates a partir do século XVIII centraram-se principalmente em três áreas: a existência ou inexistência de uma natureza humana universal; a possibilidade ou impossibilidade de falar sobre uma história humana comum; e a análise do valor e da natureza da civilização. Em meados do século XVIII, o naturalista Leclerc, conde de Buffon, publicaria uma série de obras que revelariam o estado pútrido e imaturo da natureza do continente americano e a fragilidade das espécies que o habitavam. Durante os séculos XVII e XVIII, se ensaiaram hierarquias culturais e históricas mediante as quais se pretendiam ordenar o mundo e as relações humanas. Os diversos esquemas propostos teriam, evidentemente, implicações religiosas e políticas muito importantes. Tais esquemas do século XVIII repercutiram tanto na avaliação negativa que as crônicas das Índias passaram a ter, pois seriam consideradas documentos pouco confiáveis do ponto de vista positivista, como no tratamento que a natureza americana teria na literatura da época ou nas novas correntes literárias. [...] A inferioridade dos selvagens foi legitimada pelos naturalistas europeus do século XVIII. Da mesma forma, um grupo de filósofos, historiadores e economistas escoceses contribuiu para desenvolver e divulgar um esquema temporal que pressupunha uma dinâmica evolutiva. As diferentes culturas começaram a se organizar de acordo com seu maior ou menor nível de desenvolvimento." (Serna Arnaiz, 2011, p. 154-155).

foram baseadas na produção escrita em circulação. Hilda Sabato (2008) nos lembra da relevância dos novos espaços de debate público – como a imprensa, as associações e os livros – no jogo político oitocentista que precisava atender outras expectativas. As letras tinham um poder sobre o real, não somente porque muitos escritores desempenhavam algum cargo no funcionalismo público – como foi o caso de Sarmiento –, mas também porque a opinião pública era influenciada pelos escritores. A figura do intelectual, mesmo que tenha sido sistematizada na França no início do século XX, já tinha um papel relevante no espaço público latino-americano do século XIX.

Considerações Finais

Sarmiento foi apenas uma figura intelectual entre tantas outras – como os já mencionados Estanislao Zeballos, Álvaro Barros e Julio Argentino Roca – que defenderia conscientemente o massacre dos povos indígenas – sobretudo da *raza araucana* que habitava os Pampas e a Patagônia – e influenciou o pensamento de outras gerações que lhe sucederia. Nos preâmbulos de *Conflicto* (1883), o político explicitou sua opção pela extinção e anunciou que “[...] tan sin cura era la enfermedad [indígena], que será buena obra extirparlos.” (Sarmiento, 1883, p. 36)²¹. Portanto, da impossibilidade de transmutar a natureza selvagem dos nativos americanos, a solução para o infortúnio do amálgama das raças era triplo: 1) incentivar a transformação das instituições e dos costumes através da imigração e da educação; 2) seguir o modelo de progresso material e moral dos puritanos anglo-saxões que apreciavam o trabalho e a democracia; 3) combater a influência da herança nativa e eliminar cultural e/ou biologicamente a presença indígena. Estas considerações tratadas em *Conflicto* (1883) já haviam sido apresentadas em *Facundo* (1845) e apareceram nas políticas estatais implantadas na sua própria presidência e nas décadas posteriores, demonstrando as íntimas conexões entre o discurso e o real.

Tratados como selvagens, inferiores e responsáveis pelo atraso das nações hispano-americanas, os indígenas são compreendidos por Sarmiento enquanto um grupo cuja existência não fazia mais sentido para a corrente de modernidade em que a Argentina republicana buscava se inserir. Eram fósseis vivos – como Charles Darwin havia mencionado em suas expedições pela América do Sul – e, como tais, seriam extintos pelo inevitável avanço dos povos superiores pelo globo. O extermínio que o exército estava promovendo estava simplesmente acelerando um processo imparável. A dicotomia entre civilização e barbárie era a baliza conceitual para diversos escritores do século XIX e foi um importante

²¹ “tão sem cura era a enfermedad [indígena], que seria boa obra extirpá-los.” (Sarmiento, 1883, p. 36).

marco na História Intelectual daquela Argentina que se espalhava na Europa. As reflexões de Sarmiento sobre a Argentina expressam os planos das elites políticas e eruditas para o futuro político e cultural de seu país em meio aos anseios do século XIX. *Conflict y armonía de las razas en América* (1883), dessa forma, consiste em uma obra fundamental para o estudo não só da História Intelectual daquele país, mas sobretudo para um melhor entendimento das relações entre o real e o imaginado sobre o futuro dos povos indígenas.

As considerações de Sarmiento em *Conflict* (1883) nos levam a refletir sobre o impacto dos intelectuais na vida política da Argentina. Estudiosos renomados como Nicolas Shumway (2008) e Mercedes Serna Arnaiz (2011) já haviam proposto um estudo sobre a vasta trajetória de Sarmiento, mas suas análises não mencionaram a profunda conexão dos escritos sarmientanos com os rumos tomados pela questão indígena. A Conquista do Deserto dependeu não somente das armas, mas também de um repertório escrito capaz de legitimá-la e autorizá-la. Autores como Sarmiento foram fundamentais para a construção desse arcabouço. Muito se fala do “Sarmiento político”, dotado de uma famigerada carreira nas instâncias de poder e na educação argentina. E frequentemente se secundariza o “Sarmiento escritor”, cujas obras não tiveram repercussão somente nas vendas editoriais, mas impactaram diretamente a vida daqueles que foram barbarizados e inferiorizados em suas páginas. O Intelectual tem um impacto direto na realidade em que está inserido. Nesse artigo, buscamos enfatizar esse aspecto e não isentar o papel da produção escrita no mundo político.

Referências Bibliográficas

- ALTAMIRANO, Carlos. **Historia de los intelectuales en América Latina**, v. I. Madrid, Katz, 2008.
- ALTAMIRANO, Carlos. Nacimiento y peripecias de un nombre. In: **Intelectuales**. Notas de Investigación. Bogotá: Campo Editorial Norma, 2006, p. 17-30.
- ALTAMIRANO, Carlos. Una especie moderna. In: **Intelectuales**. Notas de Investigación. Bogotá: Campo Editorial Norma, 2006, p. 99-113.
- BARROS, Álvaro. **La guerra contra los indios**. Buenos Aires: Imprenta y Librerías de Mayo, 1875.
- BECHIS, Martha. Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX. In: GOLDMAN, Noemí, SALVATORE, Ricardo. **Caudillismos Rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 293-317.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et. al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 158-175.

- ECHEVERRÍA, Esteban. El Matadero (1838). In: MENTON, Seymour. **El cuento hispanoamericano**: antología crítico-histórica. 12º ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 11-21.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- GOODY, Jack. Da Oralidade à escrita. Reflexões antropológicas sobre o ato de narrar. In: MORETTI, Franco (Org.). **O Romance**. A Cultura do Romance. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 35-67.
- GOROSTEGUI DE TORRES, Haydée. **Historia Argentina**. La organización nacional. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GUERRA, François-Xavier. Las mutaciones de la identidad en la América hispánica. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier. **Inventando la Nación**: Iberoamérica siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 185-220.
- HERNÁNDEZ, José. La gran dificultad; La regeneración de la campaña; Los jueces de paz (1869). In: HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Madrid: Espasa Calpe Argentina, 1995, p. 395-397.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- MANDRINI, Raúl J. Hace unos 150 años (ca. 1860). La resistencia de los pueblos originarios frente al surgimiento de los estados nacionales. In: **La Argentina aborigen**. De los primeros pobladores a 1910. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008, p. 256-279.
- MYERS, Jorge. Língua, história e política na identidade argentina, 1840-1880. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. **Nacionalismo no Novo Mundo**. A formação de Estados-Nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 389-410.
- PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e criollos**. Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.
- PASSETTI, Gabriel. **O mundo interligado**: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885). 2010, 410 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SABATO, Hilda. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, Carlos. **Historia de los intelectuales en América Latina**, v. I. Madrid, Katz, 2008, p. 387-411.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Conflict y armonía de las razas en America**. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo** (1845). Buenos Aires: La Facultad, 1921.
- SERNA ARNAIZ, Mercedes. De Recuerdos de Provincia a Conflicto y Armonías de las Razas en América: El retrato de Domingo Faustino Sarmiento y el Destino de América. **Monteagudo**, 3ª Época, n. 16, año de 2011, p. 143-160.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMÓND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 231-270.
- SHUMWAY, Nicolas. **A Invenção da Argentina**. História de uma Ideia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA, Fábio Feltrin de. O pampa argentino e a conquista do deserto: uma relação discursiva. **Dimensões**, v. 35, jul-dez. 2015, p. 110-127.

STRAYER, Joseph H. **As Origens Medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, 1997.

TOMASS, Lidson José. **A formação dos Estados Modernos e do Estado Brasileiro – Reflexos Institucionais e Jurídicos**. 1994, 324 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

ZEBALLOS, Estanislao S. **La conquista de quince mil leguas**. Buenos Aires: Establecimiento Tipográfico a Vapor de “La Presa” Moreno, 1878.

Submetido em: 18 mar. 2025

Aceito em: 18 jul. 2025